



AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE

Ministério da Agricultura, do Mar,
do Ambiente e do Ordenamento do Território

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Plano de Ação para a Valorização da Hidrodinâmica da Ria
Formosa e Mitigação do Risco nas Ilhas Barreira

Agência Portuguesa do Ambiente

Junho de 2013

EQUIPA DE TRABALHO

Elaboração:

- *Rita Cardoso*

ÍNDICE

Volume 1

1. Introdução
2. Período de Consulta Pública
3. Documentos Publicitados e Locais de Consulta
4. Modalidades de Publicitação
5. Análise das Participações na Consulta Pública

Anexo I – Órgãos de Imprensa e Entidades convidados a participar na Consulta Pública

Anexo II – Pareceres recebidos

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento do preceituado no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro, procedeu-se à Consulta Pública do projeto do "Plano de Ação para a Valorização da Hidrodinâmica da Ria Formosa e Mitigação do Risco nas Ilhas Barreira".

2. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

A Consulta Pública decorreu durante **25 dias úteis**, de **24 de Maio de 2013 a 28 de Junho de 2013**.

3. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA

O Estudo de Impacte Ambiental (EIA), incluindo Aditamentos ao EIA e o respectivo Resumo Não Técnico (RNT), foi disponibilizado para consulta nos seguintes locais:

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA);
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve);
- Câmara Municipal de Loulé
- Câmara Municipal de Faro
- Câmara Municipal de Olhão
- Câmara Municipal de Tavira
- Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

O Resumo Não Técnico (RNT) foi disponibilizado para consulta nas Juntas de Freguesia de Almancil (Loulé), Faro (Sé) e Montenegro (Faro), Pechão, Olhão e Quelfes (Olhão), Tavira (Santa Maria), Santa Luzia, Tavira (Santiago) e Cabanas de Tavira (Tavira), Vila Nova de Cacela (Vila Real de Santo António).

4. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO

A publicitação do EIA, incluindo Aditamentos ao EIA e o RNT, foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios na Câmara Municipal e Junta de Freguesia acima referidas;
- Publicação de um anúncio, envio de RNT e de nota de imprensa para o jornal "Correio da Manhã".
- Envio de nota de imprensa e RNT para os jornais, revista e rádios que constam no Anexo I do presente parecer;
- Divulgação na Internet, no site da Agência Portuguesa do Ambiente, com anúncio e RNT;
- Envio de ofício circular e RNT às entidades constantes no Anexo I do presente parecer.

5. ANÁLISE DAS PARTICIPAÇÕES NA CONSULTA PÚBLICA

No âmbito da Consulta Pública foram recebidos 6 pareceres com a seguinte proveniência:

- Turismo de Portugal, IP
- Associação Portuguesa de Aquacultores

- Formosa – Cooperativa de Viveiristas da Ria Formosa, C.R.L.
- ADRIP – Associação de Defesa, Reabilitação, Investigação e Promoção Natural e Cultural de Cacela
- Sindicato dos Trabalhadores da Pesca Sul
- Nuno Miguel Ventura Leonardo

O **Turismo de Portugal, IP** realça os impactos positivos para o turismo inerentes à requalificação das ilhas barreira, ao alargamento das praias, à melhoria da qualidade ambiental, bem como das condições de navegabilidade e segurança para a náutica de recreio, e que se traduzem na criação de condições para a melhoria do produto turístico sol e mar, mas também para o incremento do turismo de natureza e turismo náutico que contribuem para a diversificação da oferta turística e para a diminuição da sazonalidade na região do algarve, em linha com as orientações estratégicas do PENT.

Assim, emite parecer favorável, alertando contudo para que no que concerne à execução das operações mais perturbadoras da implementação do projeto (e operações de manutenção), as mesmas devem salvaguardar a qualidade dos empreendimentos e a fruição turística das praias, devendo ser executadas fora da época balnear.

A **Associação Portuguesa de Aquacultores** considera que o Plano é vital para a Ria Formosa, para a produção aquícola de bivalves dentro da própria Ria e para a Área Piloto de Produção Aquícola da Armona, permitindo a navegabilidade em condições de segurança pela barra do Lavajo e a admissão de nutrientes naquela zona durante a maré vazante.

Refere, ainda, a importância da manutenção das condições criadas pelas intervenções, ou seja, a manutenção das barras e canais com batimetria adequada à renovação da água na Ria e navegabilidade das embarcações de apoio à atividades aquícola.

Considera que a dragagem da barra da Armona deveria ser prioritária uma vez que esta barra permite o acesso de embarcações de apoio às estruturas flutuantes da Área Piloto de Produção Aquícola da Armona.

Considera que o reposicionamento da atual barra do Ancão, para a posição que ocupava em 1997 com a devida dragagem do canal da Praia de Faro e da nova barra, assim como a intervenção na zona de Cacela também deveriam ser consideradas intervenções prioritárias.

Refere que devido ao forte assoreamento verificado nas referidas zonas, grande parte dos viveiros de bivalves já não oferecem as condições essenciais de produção devida à falta de renovação de água, tão importante para criar condições ótimas de produção através do fornecimento de água de qualidade, oxigénio e alimento.

A **ADRIP – Associação de Defesa, Reabilitação, Investigação e Promoção Natural e Cultural de Cacela** discorda que a intervenção de Cacela seja considerada de menor prioridade, pelo facto de estar em causa o risco de todo um património histórico e arqueológico em terra e costa de Cacela.

Considera que a desvalorização põe em causa a salvaguarda de todo o património devido aos perigos decorrentes dos galgamentos oceânicos face à falta de proteção que a península de Cacela pode suportar visto estar em estado de rutura do cordão dunar.

A ADRIP manifesta-se contra as duas opções A e B, apresentadas para a intervenção de Cacela. Considera que não faz sentido que a do Lacem não seja considerada como única opção e ali realocada mantendo na opção A as duas barras.

Considera como favorável para a Ria Formosa, península de Cacela e património histórico e arqueológico de Cacela uma única opção, a realocação do Lacem com manutenção dos canais de Cacela e Cabanas encerrando a nova barra (Barra do forte) e refazendo a península de Cacela, fortalecendo todo o cordão dunar.

Por último, manifesta-se contra a possibilidade de intervenção zero, pelo estado de destruição atual verificada na Ria Formosa – Cacela.

A Formosa – Cooperativa de Viveiristas da Ria Formosa C.R.L. refere que não entende a prioridade dada à intervenção Faro/Olhão em relação às intervenções previstas para a barra da Armona e Cacela.

Considera que a barra da Armona, também designada por Lavajó, é uma barra crucial na renovação da água da Ria Formosa e tem uma importância fulcral para o acesso dos barcos à costa.

Considera que a não realização daquela intervenção tem custos económicos muito elevados para os profissionais da pesca e aquacultura, que por falta de condições deixaram de a usar.

Não concorda com a intervenção de Cacela no fim da linha das prioridades, pois Cacela por si só um ecossistema único e sensível e de grande valor cultural e económico.

Defende que quando se fizer a primeira intervenção em Tavira se continue a dragagem do canal de Tavira até completar a ligação com Cacela Velha.

O Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Sul considera que as dragagens previstas poderão ficar aquém do que será desejável.

Refere que já nas últimas dragagens, o Sindicato defendia não só a dragagem do Lavaje (Barra da Armona), mas também a dragagem dos canais secundários nomeadamente o esteiro dos Cações, do Ramallete, entre outros.

Defende que as dragagens a terem lugar no canal das Cabanas deveriam ser pensadas na criação de uma melhor navegabilidade para a Barra de Tavira.

Na zona de Cacela, refere que o melhor seria a abertura de uma Barra no local que foi aberto aquando do vendaval de há 5 ou 6 anos.

Receia que as dragagens possam vir a ser feitas tendo em vista uma maior mobilidade, ou seja a pensar numa melhor navegabilidade, que sendo importante não pode deixar de fora canais secundários que são importantes.

Defende que as areias, os dragados sirvam para reforçar as dunas, pelo que a mitigação dos riscos deveriam estar melhor identificados.

Face ao exposto é da opinião que o Plano em discussão, para além de não satisfazer, pode acarretar consigo outros aspetos que podem vir a gerar alguma conflitualidade.

Refere, ainda, que para a qualidade das águas, a sua melhor oxigenação e circulação hídrica das mesmas, um bom Plano de dragagens terá de ser objeto de uma adequada monitorização.

Considera, por último, que uma melhor qualidade das águas da Ria Formosa, não passa exclusivamente por um maior entrada de água na Ria, há também que eliminar os principais focos de poluição da mesma.

Nuno Miguel Ventura Leonardo defende a criação de um plano regular de dragagens para a boa manutenção da Ria Formosa.

Considera que as intervenções deveriam ter a seguinte ordem de prioridades:

- Abertura de barras – Reposicionamento da barra do Ancão para o lugar que esta ocupava em 1997; Dragagem da Barra do Alacem; Dragagem da barra da Armona;
- Dragagem de canais – Dragagem dos canais circundantes da barra reposicionada até ao canal do ramallete; Dragagem dos canais circundantes da barra do Alacem; Dragagem dos canais circundantes a barra da Armona em direção a Olhão e Fuzeta;
- Reforço dos cordões dunares – Reforço do cordão dunar a Este da Barra do Ancão; Reforço do cordão dunar em rutura de Tavira.

Considera que a zona é da maior importância em termos de biodiversidade (Faro-Ancão) e também em termos de necessidade de irrigação e navegação como é o caso da barra da Armona.

Rita Cardoso

ANEXO I

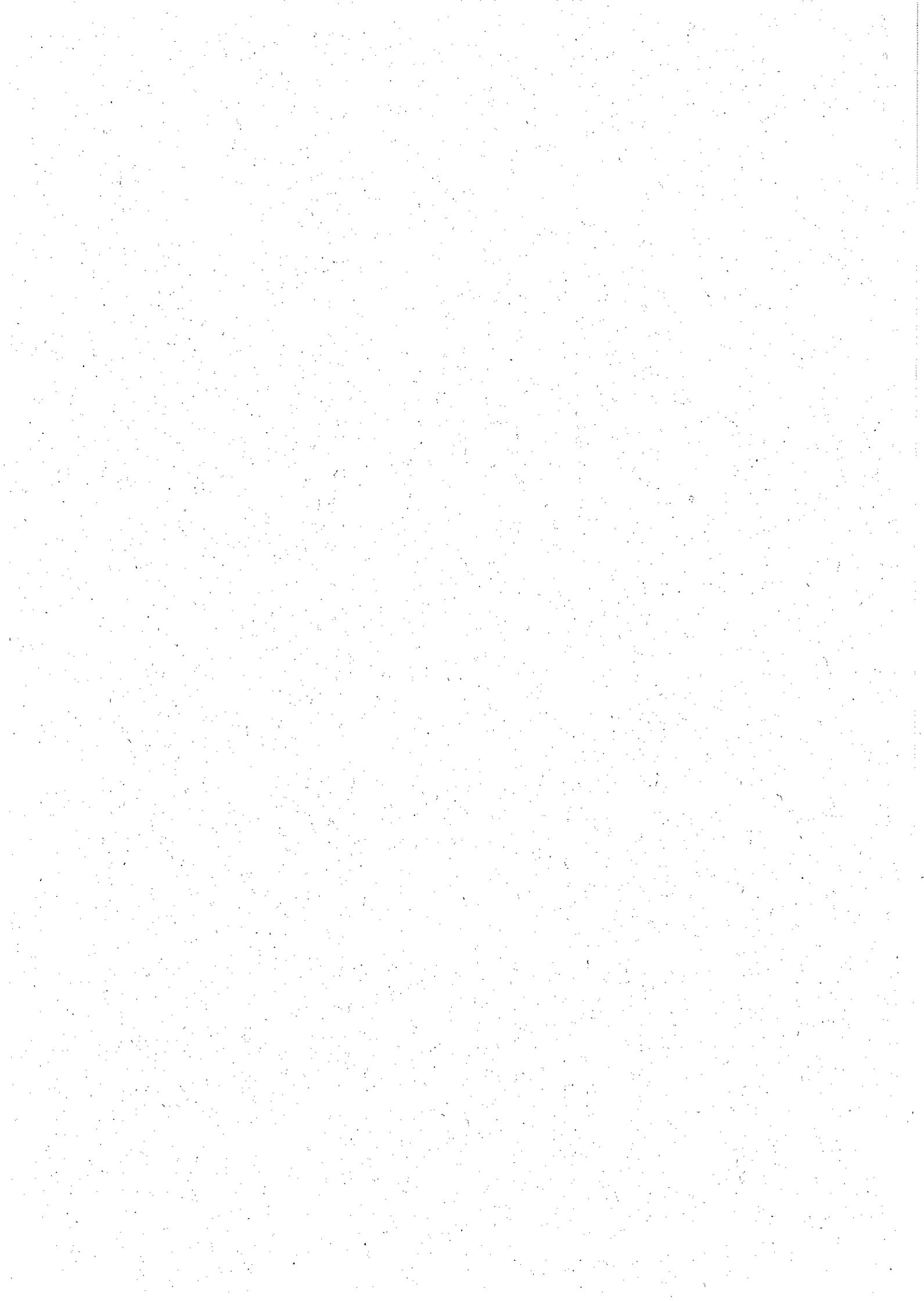
Órgãos de Imprensa e Entidades convidadas a participar na Consulta Pública

Redacção do "Jornal de Notícias"	Rua Gonçalo Cristóvão, 195 – 219	4049-011 PORTO
Redacção da T.S.F. Rádio Jornal	A/c Sr. José Milheiro Rua 3 da Matinha – Edifício Altejo – Piso 3 – Sala 301	1900 LISBOA
Redacção da Rádio Renascença	Rua Ivens, 14	1200-227 LISBOA
Redacção do Jornal Semanário Sol	Rua de São Nicolau, 120 – 5.º	1100-550 LISBOA
Redacção do Jornal "O Expresso"	Edifício São Francisco de Sales Rua Calvet de Magalhães, 242	2770-022 PAÇO DE ARCOS
Redacção do "Diário de Notícias"	Av.ª da Liberdade, 266	1200 LISBOA
Redacção do Jornal "Correio da Manhã"	Av.ª João Crisóstomo, 72	1069-043 LISBOA
Redacção do "Jornal Público"	Rua Viriato, 13	1069-315 LISBOA
Redacção da Agência Lusa	Rua Dr. João Couto, Lote C	1500-236 LISBOA
Redacção da RTP	Avenida Marechal Gomes da Costa, 37	1849-030 LISBOA
Redacção da SIC	Estrada da Outurela	2795 LINDA-A-VELHA
Redacção da TVI	Rua Mário Castelhana, 40	2749-502 BARCARENA

Associação Nacional de Municípios Portugueses - ANMP	Av. Elias Garcia, 7 – 1º	1000-146 LISBOA
Associação Nacional da de Conservação da Natureza - QUERCUS	Apartado 4333	1508 LISBOA CODEX
Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente - CPADA	Rua Ferreira Lapa, 25 – r/c	1150-155 LISBOA
Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente - GEOTA	Travessa Moinho de Vento, 17-c/v Dtº	1200 LISBOA
Liga para a Protecção da Natureza - LPN	Estrada do Calhariz de Benfica, 187	1500 LISBOA
Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves - SPEA	Av. João Crisóstomo, 18, 4º Dtº	1000-179 LISBOA
Vivmar – Associação de Viveiristas e Mariscadores da Ria Formosa	Rua Com'te Francisco Manuel 8	8000-250 FARO
Formosa Cooperativa de Viveiristas da Ria Formosa	Travessa do Comércio Ed. Duque, Escritório nº 3	8700-541 OLHÃO
Associação de Moradores da Ilha da Culatra (Sé)	Ilha da Culatra (Sé)	8700-283 FARO
Associação de Armadores de Pesca de Sotavento do Algarve	Rua da Liberdade - Fuzeta	8700-019 FUZETA
APTAV – Associação de Armadores e Pescadores da Tavira	Rua da Comunidade Lusíada, nº 1, r/c Dir. Santiago	8800 TAVIRA
Turismo de Portugal	Rua Ivone Silva, Lote 6 1050-124 Lisboa	1050-124 Lisboa

ANEXO III

Pareceres recebidos



Informação de Serviço n.º INT/2013/6085/DVO/DEOT (Proc.º 14.01.14/429)

Assunto: Consulta Pública no âmbito do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental do Projeto de “Plano de Ação par a Valorização da Hidrodinâmica da Ria Formosa e Mitigação do Risco nas Ilhas Barreira”

Promotor: Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, S.A. – Sociedade par a requalificação e valorização da Ria Formosa

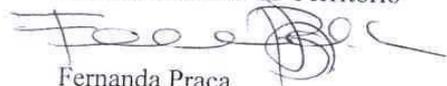
Visto. Concordo.

Sobre o projeto sublinham-se os impactes positivos para o turismo inerentes à requalificação das ilhas barreira, ao alargamento das praias, à melhoria da qualidade ambiental, bem como das condições de navegabilidade e segurança para a náutica de recreio, e que se traduzem na criação de condições para a melhoria do produto turístico sol e mar, mas também para o incremento do turismo de natureza e turismo náutico que contribuem para a diversificação da oferta turística e para a diminuição da sazonalidade na região do Algarve, em linha com as orientações estratégicas do PENT.

Assim, emite-se parecer favorável, alertando-se contudo para o exposto no ponto 4.1.1 e no ponto 4.1.4 da Informação de serviço, sublinhando, no que concerne à execução das operações mais perturbadoras da implementação do projeto (e operações de manutenção), que as mesmas devem salvaguardar a qualidade dos empreendimentos e a fruição turística das praias, devendo ser executadas fora da época balnear.

Comunique-se à Agência Portuguesa do Ambiente.

A Diretora do Departamento
de Ordenamento do Território



Fernanda Praça
(Por subdelegação de competências)

24.06.2013



Informação de Serviço N° INT/2013/6085/DVO/DEOT/VC
24/06/2013

Assunto: Consulta pública – AIA (2658)– Plano de ação para a valorização da hidrodinâmica da Ria Formosa e mitigação do risco nas ilhas barreiras, concelhos de Faro, Loulé, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António

Processo: 14.01.14/429

Promotor: Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, S.A. – Sociedade para a requalificação e valorização da Ria Formosa.

I. Introdução

1.1 Em 04/06/2013 (ENT/2013/17944) deu entrada neste instituto (ofício n° 31/DCOM/2013, de 31/05/2013) uma comunicação da APA – Agência Portuguesa do Ambiente, sobre o AIA (2658) do Plano de ação para a valorização da hidrodinâmica da Ria Formosa e mitigação do risco nas ilhas barreiras, em fase de Estudo Prévio, cujo Resumo Não Técnico se encontra disponível para o procedimento de consulta pública a decorrer, nos termos do n°2 do artigo 14° e artigos 24° e 26° do DL n° 69/2000, de 3 de Maio com a redação em vigor do DL n° 197/2005, de 8 de novembro.

II. Antecedentes

2.1 Consultado o cadastro este instituto, verificou-se que este instituto já se pronunciou, em 18/11/2009, sobre a Definição de Âmbito da AAE do PP da Praia de Faro (processo n° 15.6.3/453 - informação n° DQO/DOT/2009.I.10430, onde foi sugerido um melhor enquadramento e caracterização da oferta turística no local) cuja área de intervenção se encontra abrangida pelo Plano da presente análise.

III. Descrição

3.1 A presente apreciação refere ao EIA do Plano de ação para a valorização da hidrodinâmica da Ria Formosa e mitigação do risco nas ilhas barreiras que se encontra em fase de Estudo Prévio. O objetivo deste projeto é a melhoria das condições ambientais do sistema lagunar e potenciar os seus valores naturais, através do aumento da taxa de renovação de água e do melhoramento geral da

circulação hídrica da laguna, recorrendo à mobilização de sedimentos nos diferentes canais e à sua reutilização para recuperação dunar e alimentação artificial de praias. A mobilização de sedimentos vai também melhorar as condições de navegabilidade da Ria Formosa.

3.2 A área de intervenção incide sobre o sistema lagunar e de ilhas barreira da Ria Formosa que se estende ao longo de aproximadamente 58 km, entre a praia do Garrão a oeste e a praia da Manta Rota, a este, atravessando na sua extensão 5 concelhos – Faro, Loulé, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António. Este sistema de barreiras é composto por duas penínsulas e cinco ilhas separadas por 6 barras de maré (barra de Faro-Olhão, Ancão, Armona, Tavira, Fuzeta e Lacém).

No cordão litoral as barras de Faro e de Tavira estão atualmente fixadas por estruturas artificiais, as restantes barras, apesar de terem sofrido algumas alterações, mantêm a sua evolução natural. O cordão dunar apresenta características variadas devido às diferenças que existem em cada ilha decorrentes dos galgamentos oceânicos, da vegetação, dos efeitos dos ventos, dos efeitos das marés, etc. A vegetação tanto na área de dunas como na área de terrenos inundáveis é variada. A fauna apresenta uma grande diversidade com cerca de 400 espécies referenciadas, sendo a mais relevantes a comunidade de bivalves com cerca de 352 espécies.

O acesso às ilhas barreiras é feito via marítima através dos canais navegáveis e via terrestre pelo acesso rodoviário através da EM527-1 que liga o aeroporto à praia de Faro.

Realça-se o crescimento descontrolado dos aglomerados urbanos e sem enquadramento com a envolvente natural das ilhas de barreira de Armona, Culatra e ilha de Faro.

Na envolvente próxima da área do plano a população residente é de cerca de 2.100 habitantes, no entanto, no período balnear este valor triplica para cerca de 6.500 habitantes.

Na ria formosa as principais atividades mais relevantes são a pesca, o marisqueiro salicultura, piscicultutra, moluisultura. Existe um porto comercial em Faro com funções também de apoio à pesca e recreio. Os restantes portos de Santa Luzia, e Cabanas, Olhão e Tavira apresentam funções de apoio à pesca, tendo Olhão e Tavira também apoio ao recreio.

Em termos patrimoniais na área de intervenção foram referenciadas 29 ocorrências destacando-se o Forte de São Lourenço e as zonas de dispersão de vestígios arqueológicos da Armona e da costa de Cacela Velha.

3.3 A área do estudo encontra-se inserida no Parque Natural da Ria Formosa, classificada como Zona de Proteção Especial devido essencialmente à avifauna selvagem existente e abrangida na totalidade pela Rede Natura 2000 – PTZPE0018 (Sapais de Castro Marim) e PTCON0013 (Ria Formosa/Castro Marim). Faz também parte da lista de Sítios Ramsar – Zonas húmidas de importância internacional “Ria formosa-Castro Marim”.

A área de intervenção encontra-se sujeitas às condicionantes previstas na Reserva Ecológica Nacional, Servidão aeronáutica (devido à proximidade do aeroporto internacional de Faro), Faróis e outros sinais marítimos (nos canais da Faro e Olhão), do Domínio Público Hídrico e da área de proteção ao Forte de Cacela Velha, classificado como Imóvel de Interesse Público, bem como os planos em vigor com relevância para o projeto, dos quais se destacam: o PROT Algarve; o POOC Vilamoura-Vila Real de Santo António; do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Ria Formosa; a Rede Natura 2000 e os Planos de Diretores Municipais dos Concelhos de Faro, Loulé, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António.

O estudo teve como base os requisitos do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa, que prevê a possibilidade de efetuar dragagens com o objetivo de, entre outros, melhorar as condições ambientais do sistema lagunar, sujeitas à elaboração prévia de plano específico a submeter a Avaliação de Impacte Ambiental (nº2 do artigo 45º).

O presente projeto interage com o projeto do Plano de Pormenor da Praia de Faro, dependendo diretamente da sua aprovação para poder ser concretizado.

3.4 De um modo geral o projeto envolve a dragagem de sedimentos em diferentes canais da Ria Formosa e a sua reutilização para a recuperação dunar e alimentação artificial de praias em quatro intervenções específicas que se encontram hierarquizadas, segundo o grau de prioridade, devido ao nível de erosão das praias e risco de rutura do cordão dunar:

- Intervenção 1 – Tavira
- Intervenção 2 – Faro/Olhão
- Intervenção 3 - Armona
- Intervenção 4 – Cacela

Na fase de execução do projeto está prevista a instalação e utilização do estaleiro bem como das infraestruturas de apoio à obra, a realização de dragagens nas áreas assinaladas (com dragas de corte e de sucção), o transporte de materiais dragados (diretamente ou através de um batelão motorizado), o depósito de dragados para alargamento de praias, reforço do cordão dunar e encerramento

Informação de Serviço Nº INT/2013/6085/DVO/DEOT/VC

das barras (através de tratores e/ou pás carregadoras, bem como de estações de bombagem móveis de repulsão por conduta ou escavadoras), a recuperação da zona intervencionada através da modelação dunar e reposição da vegetação existente e imersão de sedimentos no mar.

Na fase de funcionamento está prevista a realização de dragagens de manutenção e operações de manutenção do reforço dunar e alargamento de praias, sendo que a periodicidade das mesmas dependerá dos resultados do Plano de Monitorização que irá avaliar a evolução do assoreamento e acompanhar o sucesso das intervenções. É nesta fase que irá se repercutir o efeito das dragagens e das operações de depósito de sedimentos realizadas na fase de execução. As dragagens na generalidade serão efetuadas em áreas já dragadas anteriormente.

3.5 O prazo para a execução do projeto está previsto com início ainda em 2013 e a sua conclusão em 2016. O faseamento das intervenções está previsto com uma periodicidade anual, no entanto, só será definido nos projetos de execução e dependerá das condicionantes da sensibilidade ecológica, da época balnear e segurança decorrentes das condições marítimas. Os projetos de execução serão, para cada uma das intervenções, executados após a emissão da "Declaração de Impacte Ambiental" e sujeitos a acompanhamento no âmbito dos "Relatórios de Conformidade Ambiental dos Projetos de Execução".

3.6 Foram consideradas neste projeto duas alternativas para a execução da intervenção 4 - Cacela (A) e Cacela (B) ambas pretendem fazer face à elevada vulnerabilidade do galgamento e rutura do cordão dunar. Tendo ainda sido considerada a alternativa "zero" que corresponde à projeção da situação na ausência de projeto.

A comparação de alternativas na análise dos efeitos espectáveis para cada uma das alternativas consideradas para a intervenção 4 (Cacela) permitiu verificar que para a generalidade dos fatores considerados a alternativa Cacela (A) – dragagem da barra do Lacém e manutenção da barra do Forte é considerada a alternativa mais favorável.

A análise efetuada à alternativa "zero", permitiu concluir que no caso de ausência de implementação do projeto não é favorável ao sistema lagunar da Ria Formosa e aos recursos aí existentes, sendo a evolução previsível o progressivo natural assoreamento do sistema lagunar e a exposição das ilhas barreiras a inundações e galgamentos oceânicos, aumento a vulnerabilidade de pessoas e bens, bem como a perda de qualidade da água e navegabilidade nos canais que poderá

Informação de Serviço Nº INT/2013/6085/DVO/DEOT/VC

também comprometer as principais atividades económicas existentes e portuárias bem como a segurança da navegação. A perda atual de áreas nas praias será pronunciada e poderá ocorrer o desaparecimento das dunas e da vegetação que as coloniza.

- 3.7** Durante a fase de execução na globalidade, o estudo considera que os impactes serão pouco negativos na dinâmica do sistema costeiro, tanto as operações de dragagem como de alargamento das praias, dado o carácter maioritariamente temporário. Das ações passíveis de produzir no ambiente consideradas no estudo destacam-se: 1) A diminuição temporária da qualidade da água; 2) A perda da qualidade das areias; 3) As alterações modelares no sistema de ilhas barreiras; 4) A perturbação temporária e destruição dos ecossistemas e habitats na fauna e avifauna; 5) A emissão de poluentes e propagação de poeiras decorrentes dos trabalhos de maquinaria pesada; 6) A emissão de ruído resultante do aumento da circulação de veículos e maquinaria pesada em terra e na zona dunar que poderá afetar negativamente a qualidade de vida da população dos aglomerados urbanos mais próximos das áreas de intervenção e da localização dos estaleiros onde se irá refletir mais em Santa Luzia, Tavira, Cabanas de Tavira, Faro e Olhão. Irá também ocorrer emissão de ruídos decorrentes da maquinaria que irá efetuar as dragagens e a alimentação das praias; 7) perturbação na navegação dos canais da Ria Formosa; 8) Ao nível dos valores patrimoniais conhecidos nas áreas de intervenção são previstos impactes pouco negativos nas zonas de intervenção 1 (Tavira) e 2 (faro/Olhão) e negativos nas zonas de intervenção 3 (Armona) e 4 (Cacela).

Na fase de execução são também espectáveis impactes positivos na estrutura socioeconómica local caracterizados pela procura de mão-de-obra local temporária e no aumento da procura no comércio, restauração e serviços de apoio, ambos considerados pouco positivos pelo carácter temporário de pequena escala dos mesmos.

- 3.8** Na fase de funcionamento os impactes expectáveis são na generalidade positivos, no entanto, foram considerados no estudo impactes negativos causados pelas alterações morfológicas e pelo aumento da troca de água proveniente da área costeira poderá levar a um impacte negativo uma vez que poderá transportar para o interior da laguna doenças, larvas e espécies invasivas.

Nesta fase destacam-se os impactes positivos que se refletem-se na melhoria: 1) Da qualidade da água devido ao aumento da renovação de água na Ria Formosa; 2) Da proteção da linha de costa e o próprio sistema lagunar, e assim minimizar os riscos de galgamento, bem como aumento da proteção de pessoas e bens; 3) das condições de navegabilidade dos canais de Ria Formosa com especial incidência nas zonas de Tavira, Faro e Olhão onde se localizam os principais portos, permitindo a reativação da carreira de transporte marítimo de passageiros entre o cais da cidade de Faro e o cais da Praia de Faro através do estreito do Ramalhete; 4) Global da qualidade ambiental da laguna, sendo criadas melhores condições para o desenvolvimento das atividades relacionadas com a pesca, moluscicultura e apanha de bivalves, e conseqüente melhoria das condições da população ligada a essas atividades; 5) Das condições para o desenvolvimento da atividade turística e de atividades ligadas à náutica de recreio, decorrente da requalificação das ilhas barreiras, do alargamento das praias, da melhoria generalizada da qualidade ambiental, condições de navegabilidade e segurança.

- 3.9** Para a minimização os impactes negativos acima identificados o estudo prevê a execução de medidas mitigadoras para as várias fases do projeto que incidem ao nível do estaleiro e infraestruturas, das dragagens, do transporte e depósito de dragados, da modelação dunar e imersão no mar.

Na fase de execução, a que mais impactes negativos compreende, o estudo recomenda ainda o acompanhamento ambiental da obra, no sentido de verificar e controlar a implementação correta das medidas de minimização, bem como na resolução de questões ambientais inesperadas que possam surgir no decorrer da execução. É ainda recomendada a implementação de planos de monitorização nesta fase para as componentes de geomorfologia, fauna, macroinvertebrados bentónicos e qualidade da água.

IV. Apreciação

- 4.1** Após a análise do Resumo Não Técnico do EIA do ponto de vista turístico, refere-se:

- 4.1.1** Na pesquisa efetuada sobre a oferta turística considerada para avaliação de possíveis dos efeitos negativos, tendo em conta a base de georreferenciação deste instituto (SIGWEB) de empreendimentos turísticos classificados, verificou-se a existência de empreendimentos turísticos classificados nos concelhos de Tavira, Vila Real de Santo António e Faro, num raio inferior a 1km da área de intervenção do plano, especificamente:

6/8

Informação de Serviço Nº INT/2013/6085/DVO/DEOT/VC

- No concelho de Faro – o Hotel Aeromar de 2* localizado na praia de Faro;
- No concelho de Tavira - O hotel Vila Galé Albacora de 4*; o Hotel apartamento Golden Duna de 2*; os Apartamentos Turísticos Clube Golden Ria de 3*, os Apartamentos Turísticos Cabanas Park de 4* e o Parque de Campismo Municipal da Ilha de Tavira;
- No concelho de Vila real de Santo António – O Hotel Robinson Club Quinta da Ria de 4*.

Salvaguardam-se desta análise as tipologias TER, com exceção dos hotéis rurais e as tipologias de ET: Casas de Campo, Agro-turismo; TH e PCC, que a partir de 2006 este instituto não tem a possibilidade de georreferenciar, face à transferência de competências sobre estas tipologias para as Câmaras Municipais.

- 4.1.2** Os impactes negativos expeáveis considerados no estudo ocorrem essencialmente durante a fase de execução do projeto. Estes impactes são suscetíveis de perturbar e inviabilizar o acesso a algumas partes da área de intervenção temporariamente o que irá ter repercussões no funcionamento nas atividades socioeconómicas desenvolvidas nessa zona de pesca, marisqueiro, apanha de bivalves, e também na atividades náuticas e de recreio e turística onde estão associados os empreendimentos acima referidos pela sua proximidade à área de intervenção.
- 4.1.3** Relevam-se os benefícios do projeto na área de intervenção após a execução das obras decorrentes da requalificação das ilhas barreiras, do alargamento das praias, da melhoria generalizada da qualidade ambiental, condições de navegabilidade e segurança que irão proporcionar melhores condições para o desenvolvimento da atividade turística e das atividades ligadas à náutica de recreio, beneficiando toda a área mas também os empreendimentos turísticos da envolvente. A requalificação da paisagem e dos recursos naturais vem igualmente potenciar para o desenvolvimento dos produtos como o turismo de natureza nomeadamente a observação de aves e do turismo náutico, dois dos 5 produtos estratégicos preconizados no PENT (publicado através da RCM nº 24/2013, no DR 1ª série, nº74, de 16 de abril) para atenuar a sazonalidade e complementar a oferta turística do Algarve.
- 4.1.4** O EIA não compreende propostas concretas para a localização dos estaleiros de obra. A área de intervenção do plano compreende zonas de praias e sendo área com grande apetência turística pelas suas características naturais e recursos existentes, importa por isso salvaguardar que as ações mais perturbadoras como as dragagens, o alargamento das praias, bem como as ações de manutenção, sejam efetuados fora da época balnear onde existe

Informação de Serviço Nº INT/2013/6085/DVO/DEOT/VC

uma grande afluência de turistas na área em questão modo a minimizar as possíveis perturbações ao normal funcionamento desses empreendimentos turísticos e nos empreendimentos acima referidos dos acessos às praias.

V. Conclusão

- 5.1** Face ao exposto, considera-se que em termos turísticos este plano vai melhorar a qualidade ambiental e dos recursos da área abrangida, bem como beneficiar o desenvolvimento das diversas atividades socioeconómicas com especial relevância para o turismo na vertentes do turismo da natureza e turismo náutico dois dos 5 produtos estratégicos lançados pelo PENT para atenuar a sazonalidade e complementar a oferta. Alerta-se, no entanto, para o exposto no ponto 4.1.1 sobre a proximidade de empreendimentos turísticos na área de intervenção e no ponto 4.1.4 relativamente a ser acautelada a execução dos trabalhos mais perturbadores durante a época balnear.

À consideração superior,

X

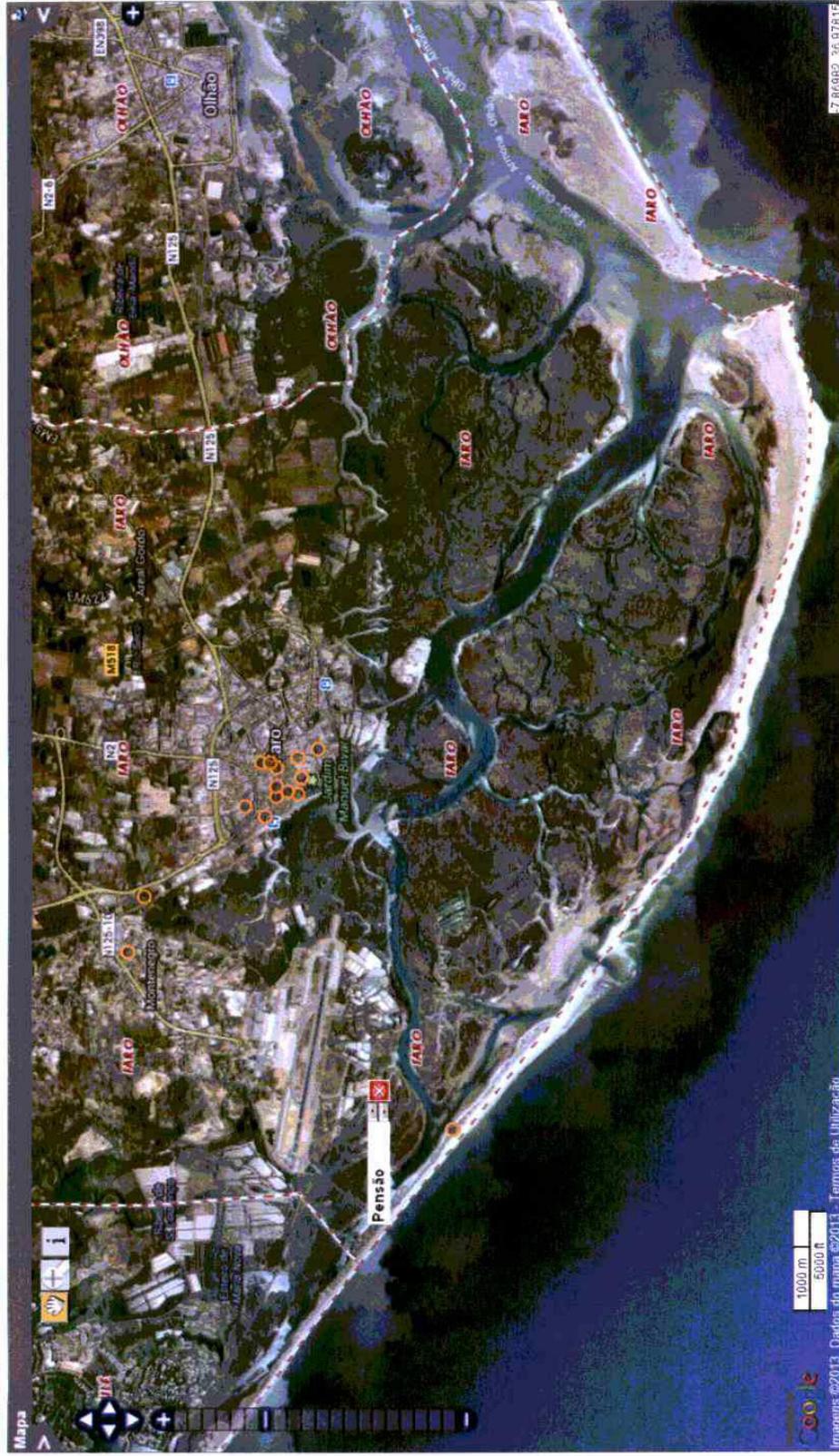


Vera Chapado Guedes
Técnico Superior

Anexos:

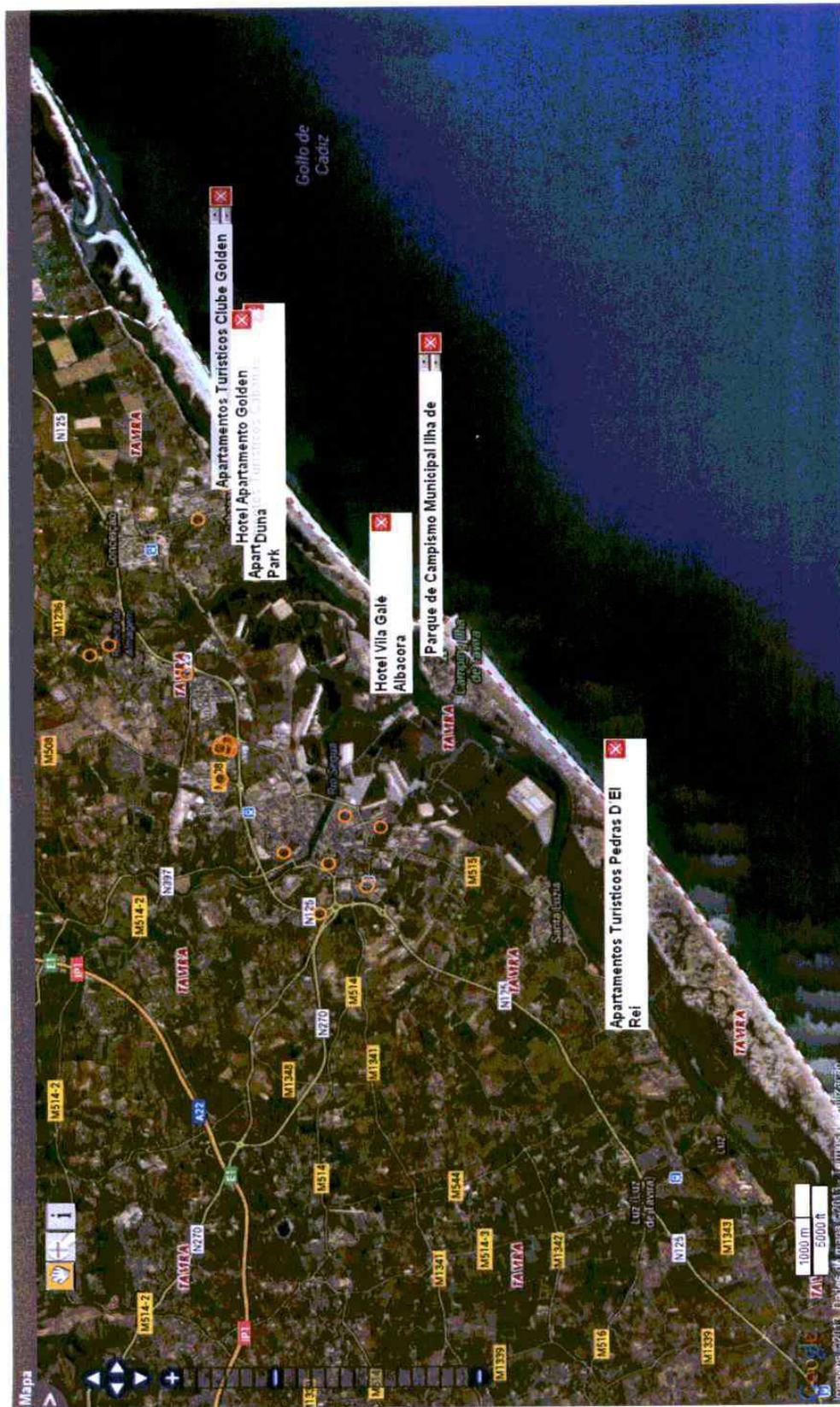
- Mapa de Posicionamento geográfico dos empreendimentos turísticos (Sigweb) para os concelhos de Faro, Tavira e Vila real de Santo António.

Mapa de Localização Georreferenciada de Empreendimentos Turísticos Classificados no concelho de Faro

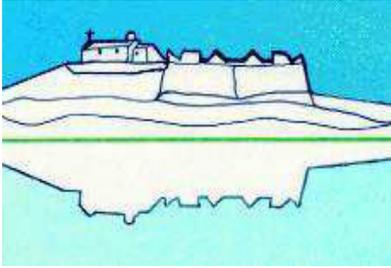


Fonte: Sigweb - Turismo de Portugal, IP
24-06-2013

Mapa de Localização Georreferenciada de Empreendimentos Turísticos Classificados no concelho de Tavira



Fonte: Sigweb - Turismo de Portugal, IP
24-06-2013



Participação na discussão pública do plano de Ação para a Valorização Hidrodinâmica da Ria Formosa e mitigação do Risco nas Ilhas Barreira

Antes de mais gostávamos de demonstrar aqui o descontentamento pelo facto de esta discussão pública não ter tido a devida publicação/divulgação por parte das entidades envolvidas neste processo, bem como o curto prazo da consulta pública, o que limita uma análise detalhada do Estudo de Impacto Ambiental, Resumo Não Técnico, Aditamento e Anexos.

Analisando o projeto constatamos que a intervenção de Cacela é considerada de menor prioridade, situação que discordamos pelo facto que está em causa o risco de todo um património histórico e arqueológico em terra e costa de Cacela, tal como referido, lembramos que Cacela está classificada como Imóvel de Interesse Público.

Esta desvalorização de risco põe em causa a salvaguarda do todo seu património devido aos perigos decorrentes dos galgamentos oceânicos face à falta de proteção que a península de Cacela pode na presente data suportar visto estar em estado de rutura do cordão dunar.

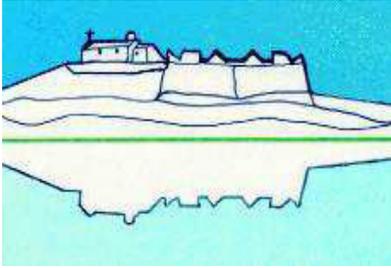
A abertura da nova barra de Cacela realizada em junho de 2010 veio debilitar o cordão dunar tendo sido destruído uma extensão considerável da península, fragilizando ainda mais o atual estado da mesma e até a destruição da flora aí existente.

Todo este processo foi realizado sem um estudo de impacto ambiental que de alguma forma pudesse ter demonstrar a sua valia para a ria formosa e Cacela.

Constatamos que pela abertura da nova barra verificou-se um aumento da circulação de água junto a Cacela, colocando em risco o património edificado, sítio da Igreja, que ao estar assente em barreira de arenite aumenta o risco de desmoronamento, arrastando todo o património tal como o Forte, Igreja e Cemitério.

Apresentamos a nossa total discordância para com as duas opções A e B, apresentadas no RNT para a intervenção de Cacela, não fazendo sentido que a do Lacem não seja considerada como única opção e ali realocada mantendo na opção A as duas barras.

Ambas as opções apresentadas mantêm a Nova Barra de Cacela, situação que não compreendemos uma vez que tem sido tão problemática, tal como atrás descrito, fazendo questão de a manter não trazendo melhoria para a península de Cacela que ficou totalmente destruída com esta intervenção. Mesmo assim fazem questão de a manter tendo já nome Barra do Forte, situação que ao ser mantida não vai proporcionar mais valia para o ambiente da Ria Formosa e em concreto para a Península de Cacela.



Apresentamos como favorável para a Ria Formosa, Península de Cacela e Património histórico e arqueológico de Cacela uma única opção, a realocização da Barra do Lacem com manutenção dos canais de Cacela e Cabanas encerrando a nova barra (Barra do Forte) e refazendo a península de Cacela, fortalecendo todo o cordão dunar.

Colocamos de parte a possibilidade de intervenção zero, pelo estado de destruição atual verificada na ria formosa – Cacela.

Situação que mantinha os níveis de circulação e renovação de águas da laguna como sempre ao longo dos tempos, proporcionando uma maior segurança a todo o Património de Cacela edificado e arqueológico mantendo a barra longe de Cacela

Congratulamo-nos com o facto de ter sido possível este estudo, pela necessidade que a Ria formosa no seu todo tem de uma intervenção urgente para a sua futura existência tal como para o ambiente.

ADRIP

28/06/2013

Em anexo fotografias do estado da Ria Formosa – Cacela.

28 de Junho de 2013

Ex.º Sr. Dr. Nuno Lacasta
Presidente da Agência Portuguesa
do Ambiente
Rua da Murgueira, 9/9A – Zambujal
Apartado 7585
2610-124 Amadora

Assunto: Estudo de Impacte Ambiental do Plano de Acção para a Valorização da Hidrodinâmica da Ria Formosa e Mitigação do Risco nas Ilhas Barreira.

Ex. Sr. Dr. Nuno Lacasta

No seguimento da discussão pública do Estudo de Impacte Ambiental do Plano de Acção para a Valorização da Hidrodinâmica da Ria Formosa e Mitigação do Risco nas Ilhas Barreira, vimos por este meio dar conhecimento a V. Ex.ª do nosso parecer relativamente ao plano de acções previsto.

Gostaríamos, em primeiro lugar, de felicitar essa instituição e o Polis Litoral da Ria Formosa por finalmente avançar com um plano concreto de dragagens para a Ria Formosa. Esta Associação considera que o programa agora disponibilizado irá trazer uma "nova vida" a um dos ecossistemas mais sensível e único no nosso país.

No entanto, tendo em conta a ordem de intervenções prevista para a Ria, é com alguma surpresa que vemos a dragagem da barra da Armona em terceiro lugar. Do nosso ponto de vista, esta intervenção deveria ser prioritária uma vez que esta barra permite o acesso de embarcações de apoio às estruturas flutuantes da Área Piloto de Produção Aquícola da Armona (APPAA). Efectivamente em alturas de maré baixa, os produtores sentem dificuldades e bastante receio em navegar por esta barra, devido ao excessivo assoreamento da mesma. Por outro lado, esta barra tem um grande impacto na entrada e saída (renovação) da água nas zonas de maior produção de bivalves da Ria Formosa. Estas são razões essenciais para que a intervenção na barra da Armona (Lavajo) seja considerada prioritária.

O reposicionamento da actual barra do Ancão, para a posição que ocupava em 1997 com a devida dragagem do canal da Praia de Faro e da nova barra, assim como a



APA

Associação Portuguesa de Aquicultores

intervenção na zona de Cacela também deveriam ser consideradas intervenções prioritárias. Devido ao forte assoreamento verificado nestas zonas, grande parte dos viveiros de bivalves já não oferecem as condições essenciais de produção devido à falta de renovação de água, tão importante para criar condições óptimas de produção através do fornecimento de água de qualidade, oxigénio e alimento.

Como referido anteriormente, este Plano é vital para a Ria Formosa, para a produção aquícola de bivalves dentro da própria Ria e para a Área Piloto de Produção Aquícola da Armona (APPAA), permitindo a navegabilidade em condições de segurança pela barra do Lavajo e a admissão de nutrientes aquela zona durante a maré vazante. Mas tão importante como proceder a estas acções, será a manutenção das condições criadas pelas intervenções, isto é, garantir a manutenção das barras e canais com batimetria adequada à renovação da água na Ria e navegabilidade das embarcações de apoio à actividade aquícola. É essencial que seja criado um programa de monitorização constante e de dragagens periódicas.

A APA encontra-se à disposição de V. Ex.^ª e da entidade a que preside para prestar qualquer esclarecimento e informações sobre o sector aquícola nacional.

Com os melhores cumprimentos.

Pela Associação

Fernando Gonçalves

(Secretário-Geral APA)

Rita Cardoso

De: Augusto Serrano
Enviado: segunda-feira, 1 de Julho de 2013 12:19
Para: Rita Cardoso
Assunto: FW: Envio Posição do S. T. da Pesca do Sul
Anexos: Plano de Valorização Hidrodinamica da Ria Formosa.doc

De: Francisco Teixeira
Enviada: segunda-feira, 1 de Julho de 2013 12:18
Para: Augusto Serrano
Assunto: FW: Envio Posição do S. T. da Pesca do Sul

De: Geral APA
Enviada: segunda-feira, 1 de Julho de 2013 12:17
Para: Francisco Teixeira
Assunto: FW: Envio Posição do S. T. da Pesca do Sul

Com os melhores cumprimentos,

Pela Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.
Lígia Varandas



AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
DO MAR, DO AMBIENTE
E DO DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO



2013
Ano do



Rua da Murgueira, 9/9A | Zambujal
Ap.7585 | 2611-865 Amadora | PORTUGAL
Telefone: (351) 21 472 82 00 | Fax: (351) (351) 21 471 90 74
e-Mail: geral@apambiente.pt
www.apambiente.pt

De: Sindicato Sul [<mailto:spescassul@sapo.pt>]
Enviada: domingo, 30 de Junho de 2013 11:56
Para: Geral APA
Assunto: Fwd: Envio Posição do S. T. da Pesca do Sul

Exm.ºs Senhores,

Por lapso enviámos o email abaixo, no passado dia 28 de Junho, para um email errado, pelo facto apresentamos as nossas sinceras desculpas.

P'la Direcção
José Raimundo Pereira Pedro

----- Mensagem Original -----

Assunto:Envio Posição do S. T. da Pesca do Sul

Data:Fri, 28 Jun 2013 23:27:20 +0100

De:Sindicato Sul <spescassul@sapo.pt>

Para:geral@ambiente.pt

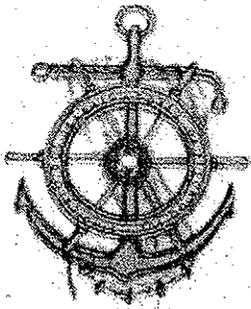
CC:comissao.11A-CAOTPLXII@ar.parlamento.pt

Exm.ºs Senhores

Junto se remete em anexo a posição deste Sindicato sobre a Discussão Pública do Plano de Acção para a Valorização Hidrodinâmica da Ria Formosa e Mitigação do Risco nas Ilhas Barreira.

P'la Direcção

José Raimundo Pereira Pedro



SINDICATO DOS TRABALHADORES DA PESCA DO SUL



À Agência Portuguesa do Ambiente
Rua da Margueira, n.º 9-9ª – Zambujal
2661 – 865 Amadora

Olhão, 28 de Junho 2013.

ASSUNTO:

Discussão pública do Plano de Acção para a Valorização Hidrodinâmica da Ria Formosa e Mitigação do Risco nas Ilhas Barreira

Exm.ºs Senhores,

O início desta discussão pública do Plano de Valorização Hidrodinâmica da Ria Formosa e de Mitigação de Riscos para as Ilhas Barreiras, que teve início em 25 de Maio e o seu termo em 28 de Junho 2013, aparece pela calada da noite, envolvida como que no maior secretismo.

E dizemos pela calada da noite, porque não que diz respeito à participação do público, não há conhecimento da publicitação em duas edições sucessivas de Jornais nacionais, num jornal de âmbito quer regional, quer local.

E isto não foi feito, e por isso afirmamos que esta discussão está a ser feita pela calada da noite, sem uma consulta pública, que tenhamos conhecimento não se terá efectuado.

V.Ex^{as} dirão que que esta discussão pública não se fez por não ser obrigatória, que mal viria ao mundo se esta tivesse tido lugar? O bom senso recomendaria que esta tivesse tido lugar, o que permitiria absorver um conjunto de opiniões, que só reforçaria um trabalho mais sustentado, nomeadamente por parte das Associações representativas do sector do marisqueio e do sector da Pesca, onde este Sindicato se incluiria.

Há ainda a acrescentar que a Sociedade Polis Litoral da Ria Formosa terá tomado as suas próprias decisões, como atrás já foi referido, sem ter em consideração as populações residentes, o que não pressagia nada de bom, antes pelo contrario, o que é aliás confirmado pelo Resumo Técnico do Estudo de Impacto Ambiental, Estudo este que deixa muito a desejar, um Estudo com que "recomendado" apenas e só para validação das intervenções.

Este Sindicato é de opinião que um maior grau de conflitualidade se adivinha, do que se tivesse optado pela audiência pública, esta como a melhor e mais democrática forma de auscultação do público interessado.

Defende ainda este Sindicato que os deputados com assento parlamentar, até porque de alguma forma já se pronunciaram sobre o assunto em presença, deveriam também intervir neste processo de discussão pública, tendo em conta que o Plano em discussão contraria de alguma forma o conteúdo da sua recomendação.

No que às dragagens diz respeito, esta é uma velha reivindicação deste Sindicato, embora as dragagens que estão previstas possam ainda assim ficar aquém do que será desejável.

Já quando da realização das últimas dragagens, que terão tido lugar há mais de 10 anos, já este Sindicato defendia a dragagem do Lavaje (Barra da Armona), mas não só, mas também a dragagem dos canais secundários nomeadamente o esteiro dos Cações, do Ramalhete, entre outros.

Defendemos ainda que as dragagens a terem lugar, se é que vão ter, no canal das Cabanas deveria ser pensadas na criação de uma melhor navegabilidade para a Barra de Tavira.

Na zona de Cacela, o melhor seria a abertura de uma Barra no local que foi aberto aquando do vendaval de há 5 ou 6 anos.

Receamos que estas dragagens possam vir a ser feitas tendo em vista uma maior mobilidade, ou seja a pensar numa melhor navegabilidade, que sendo importante não pode deixar de fora canais secundários que são importantes no que á actividade do marisqueio diz respeito.

Defendemos desde sempre que as areias, os dragados sirvam para reforçar as dunas, pelo que a mitigação dos riscos deveriam estar muito melhor identificados.

Face a tudo o que é exposto, bem como a outros aspectos que aqui possam não terem referidos, somos de opinião que o Plano em discussão, para além de não satisfazer, possa acarretar consigo outros aspectos que possam vir a gerar alguma conflitualidade.

Reforçar ainda que quando da efectivação das últimas dragagens, foi por este Sindicato levantado um conjunto de causas que contribuem para a poluição da Ria Formosa, que passados todos estes anos continuam na mesma.

A qualidade das águas, a sua melhor oxigenação e circulação hídrica das mesmas, passa por um bom Plano de dragagens que têm depois que serem objecto de uma adequada monitorização.

Claro que uma melhor qualidade das águas da Ria Formosa, não passa exclusivamente por um maior entrada de água na Ria Formosa, há também que eliminar os principais focos de poluição da Ria, nomeadamente os esgotos a céu aberto que diariamente são lançados para a Ria Formosa sem qualquer tratamento, o deficiente funcionamento das Etares, o esgoto do cais do T um mau cartão-de-visita para quem nos visita, as descargas que por vezes sucedem sem ter em conta

a altura das marés, o mais que falado do esgoto que desagua no interior do Porto de Pesca, Porto de Pesca esté que mais parece uma lixeira.

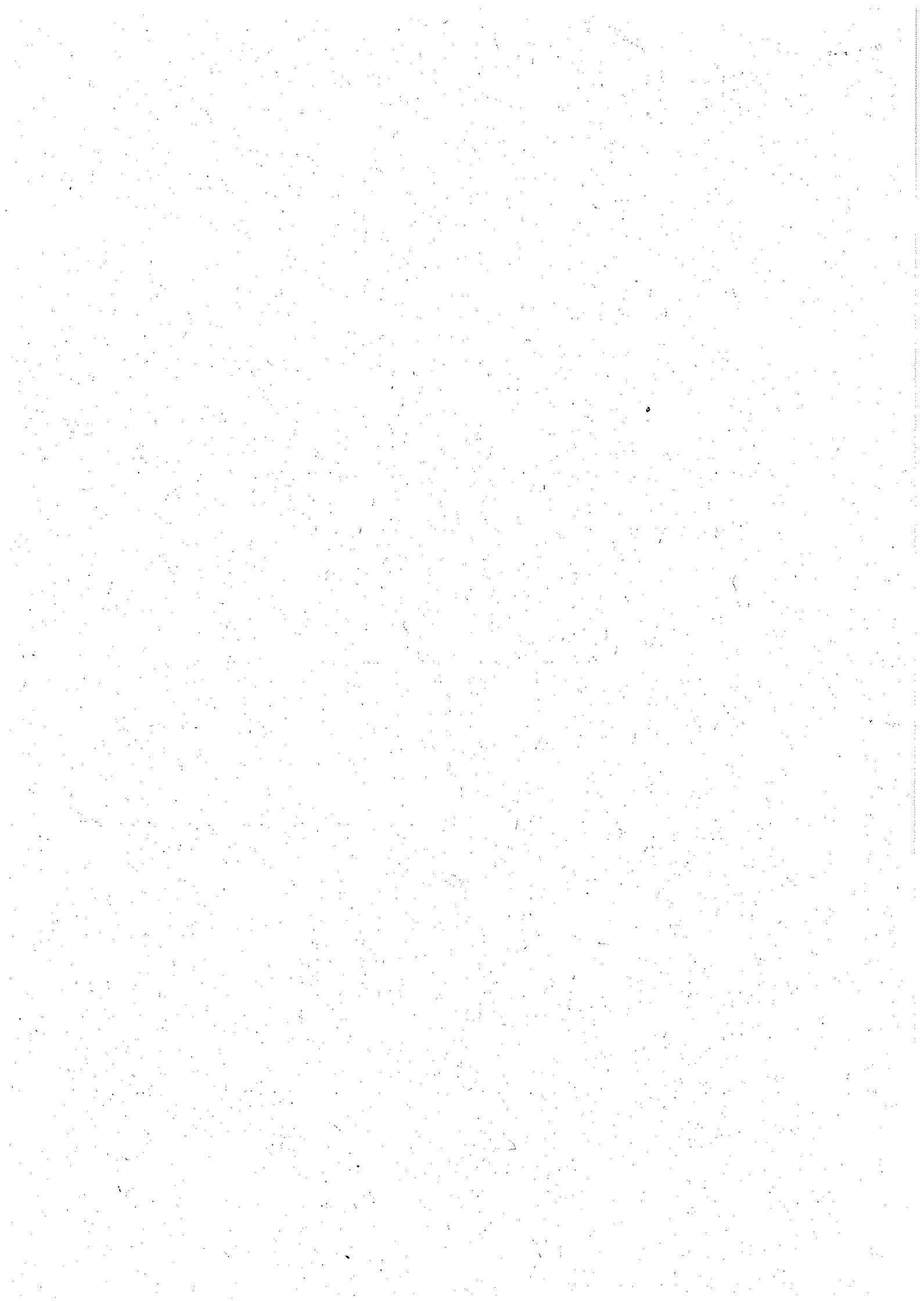
São todos estes problemas que gostaríamos de ver tratados em simultâneo com as dragagens que estão programadas para Ria Formosa.

Sem mais de momento, apresentamos os nossos melhores cumprimentos.

P'la Direcção
José Raimundo Pereira Pedro

C/Conhecimento:

A Comissão Parlamentar do Ambiente





Olhão, 27 de Junho de 2013

Exmo. Senhor Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente

No decorrer da Consulta Pública referente ao procedimento de Avaliação de Impacto Ambiental do projecto do “Plano de Acção para a valorização da Hidrodinâmica da Ria Formosa e Mitigação do Risco nas Ilhas Barreira”, vimos dar o nosso contributo.

Cabe-nos em primeira lugar dizer que apesar de tudo, estamos contentes por ver este processo finalmente avançar. Muitas foram as discussões envoltas sobre este tema, infelizmente não nos revemos em algumas das decisões que estão prestes a ser tomadas.

Em primeiro lugar não percebemos como é possível dar prioridade à intervenção Faro/Olhão (dragagem dos canais de navegação de Faro, de Olhão e esteiro do ramallete) em relação às intervenções previstas para a barra da Armona e Cacela. Sempre foi a nossa opinião que a barra da Armona, também designada por Lavajo, é uma barra crucial na renovação da água da Ria Formosa. Considerada por nós, nos tempos em que funcionava a 100%, como “O pulmão da Ria Formosa”. É preciso também não esquecer que esta barra tem uma importância fulcral para o acesso dos barcos à costa, esta importância é relevante tanto para os pescadores como para os operacionais das empresas implementadas na zona offshore da APPA Armona. A não realização desta intervenção tem custos económicos muito elevados para os profissionais da pesca e aquacultura, que por falta de condições deixaram de usar esta barra mas que por ela anseiam.

Esta intervenção foi colocada em 3ª lugar na ordem prioritária, dependente da aprovação do Plano de Pormenor da Praia de Faro e da resolução do problema das condutas de água e de saneamento que ligam a ilha da Culatra à ilha da Armona. Esta lista de condicionantes leva-nos a entender que esta intervenção não vai acontecer. Com tanta ilha barreira a precisar de reforço dunar, custa-nos perceber como é

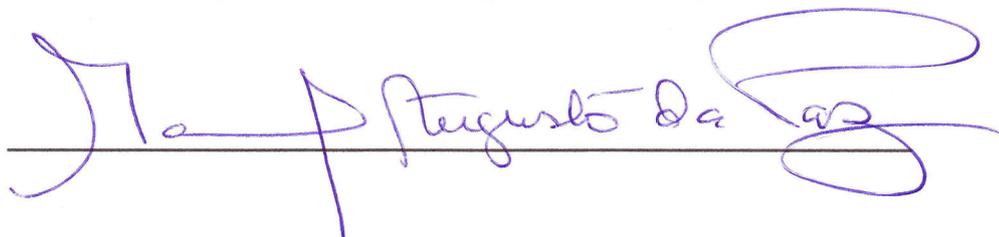
possível esta intervenção ficar dependente da aprovação do plano de Pormenor da praia de Faro...

Em segundo lugar gostávamos de apresentar igualmente o nosso descontentamento na colocação da intervenção de Cacela no fim da linha de prioridades. Cacela é por si só um ecossistema único e sensível e de grande valor cultural e económico. É um dos locais por excelência para o recrutamento da ostra selvagem. A duna situada em frente a Cacela Velha vai-se mantendo apenas pela consequência de sucessivos invernos pouco rigorosos. A água da bacia de Cacela não vasa e apenas um dos concessionários de viveiros consegue trabalhar na actividade. O resto dos viveiros estão completamente perdidos. Defendemos que, já que a intervenção de Cacela foi colocada no fim da linha das prioridades, que na mesma altura em que se fizer a primeira intervenção em Tavira se continue a dragagem do canal de Tavira até completar a ligação com Cacela Velha, dando assim possibilidade da água do saco sair pela barra de Tavira. Não entendemos também o porquê da abertura da barra do Lacém... Será possível que Cacela Velha vai ter duas barras? Não percebemos como foi tomada esta decisão e não concordamos com ela.

Com os melhores cumprimentos,

Manuel Augusto da Paz

(Presidente da Direcção da Formosa)



Exmo. Sr. Presidente da Agencia Portuguesa do Ambiente

Assunto: Carta de opinião sobre o Estudo de Impacto Ambiental do Plano de Acção para a Valorização da Hidrodinâmica da Ria Formosa e Mitigação das ilhas barreira

Chamo me Nuno Leonardo sou de Faro tenho 38 anos de idade, sou empresário no sector do comercio de produtos da pesca e Aquicultor. E sou desde muito novo um grande utente deste espaço Lagunar podendo até dizer que desde sempre até aos dias de hoje.

Sou praticante assíduo de vários desportos Náuticos tendo como principais; Mergulho, Mergulho Livre, Surf, Kite Surf entre outros. Fui ainda durante muitos anos Mariscador Profissional em Apneia e sou titular de um Viveiro de Bivalves.

Quero com esta pequena introdução dizer que tenho alguma noção de; ventos, ondas, correntes, fundos, dunas, biodiversidade e ecossistema em geral.

Vou ser conciso na minha opinião pois como avalio neste estudo todos sabemos quais serão os impactos negativos se não catastróficos se este plano não for efectuado. **Defendo ainda que seja criado um plano regular de dragagens para a boa manutenção da Ria Formosa.**

Na minha avaliação e por ordem de prioridades as intervenções seriam as seguintes;

Abertura de barras (Reposicionamento da barra do Ancão para o lugar que esta ocupava em 1997), (Dragagem da barra do Alacem), (Dragagem da barra da Armona).

Dragagem de canais (Dragagem dos canais circundantes da barra reposicionada até ao canal do ramallete), (Dragagem dos canais circundantes da barra do Alacem), (Dragagem dos canais circundantes a barra da Armona em direcção a Olhão e Fuzeta)

Reforço dos cordoes dunares (Reforço do cordão dunar a Este da barra do Ancão) (Reforço do cordão dunar em ruptura de Tavira).

Não queria estar aqui a ser muito específico nem queria ser considerado suspeito por ser titular de um viveiro nesta área, **mas alteraria a prioridade da intervenção de Tavira para Faro e Armona**

Tomo esta opinião por achar que esta zona é da maior importância em termos de biodiversidade (Faro-Ancão) e também em termos de necessidade de irrigação e navegação como é o caso da barra da Armona.

Tavira tem uma barra artificial que entra muito boa água e não tem necessidade de grandes profundidades para já, pois a sua frota mais regular são embarcações de pequeno porte nada comparada com a de Olhão que poderiam usar a barra da Armona para economizar tempo e combustível sem terem que esperar pelas marés altas. Já para não falar de muitos audazes que aí arriscam a vida ao atravessá-la por necessidade.

Defendo sempre em primeiro lugar a abertura ou dragagem de barras assim como dos seus canais circundantes. É o meu empirismo que me leva a pensar dessa forma pois vejo os resultados que existem no fundo e consequentemente a sua volta. É uma acção vital ao bom equilíbrio deste ecossistema.

Faro-Ancão - Como sabem, não tem comparação a área de sapais que aqui existe, muitas delas consideradas de Áreas de protecção Total ou Especial, com a zona de Tavira. E ainda não menos importante os concessionários de viveiros que aqui existem em relação a Tavira. Concessionários esses, que vem neste momento, como é o meu caso, os seus investimentos parados por terem taxas de mortalidade altíssimas que na maior parte das vezes atingem os 80% ou mais. Essas mortalidades derivam das patologias já existentes e da falta de oxigénio e de alimento (plâncton) que tem.

O mesmo acontece nos bancos naturais como pode ser comprovado num pequeno passeio durante o início do verão nas zonas circundantes a Faro. O mesmo não se passa em Tavira pois tem grande irrigação de águas e correntes.

A barra do Ancão actual, devido a distância a que se encontra e ao assoreamento, não funciona excepto as 2 primeiras horas de vazante ou as últimas duas de enchente, e mesmo assim as correntes enrolam. Acontecimento que também se pode comprovar com um pequeno passeio de barco. Esta situação não é suficiente para renovar as águas que circunda toda esta zona desde o Ancão até ao barra da ilha do farol. Pois a barra da ilha do farol também tem de escoar as águas que vem da zona de olhão, o que faz com que estas águas permaneçam aqui na zona de Faro, grande parte delas, numa situação de "vai e vem". Tudo isto combinado com um ciclo de marés mortas, descargas de ETARES, náutica de recreio e o aumento de população nos meses de verão, arrisco-me a chamar lhe de "bomba-química". O que também se pode comprovar com um pequeno passeio nesta zona.

Cordões Dunares - queria fazer uma breve descrição mais uma vez na Zona de Faro mais precisamente no sector poente da ria formosa ou como a vossa foto nº5 descreve: Península do Ancão e barra do Ancão.

É o local da Ria mais fustigado pelo vento e pelas ondas há que ter muita atenção sobre ele e nesse âmbito não me queria aprofundar muito pois não entendo tanto de cordões dunares como de fundos. Mas sei o suficiente para chegar a esta conclusão.

É nesse local que o vento de oeste (O) e de levante (E) é mais constante, tem a ver com a pressão atmosférica do local. Digo isto porque pratico kite Surf e já percorri toda a costa da ria formosa e posso mais uma vez **empiricamente** chegar a essa conclusão. Toda a comunidade kite surfista sabe disso, tanto sabem, que se deslocam a esse local para usar esses ventos. Não são os ventos predominantes do local mas são os que atravessam as dunas. O vento predominante é o Noroeste (NO) vento que também afecta as dunas bastante, sendo o vento um dos responsáveis pela dinâmica das dunas e haver 3 tipos de ventos fortes durante todo o ano será prudente avaliar este facto.

A zona de Tavira o vento é mais moderado a fraco, a maior parte das vezes é Offshore (vem do quadrante norte) não afectando tanto as dunas. Durante o verão é de Sudoeste (SW) também fraco a moderado, a excepção do vento Sul (S) que no inverno trás tempestades mas sempre mais fracos que nesta zona aqui de Faro onde o efeito das ondas é muito maior pois são tempestades que atravessam o atlântico e chocam de frente a Faro.

Podia até sugerir que se Inovasse! Hoje em dia já existem estudos e métodos que formam ondas, protegem a costa da sua rebentação e conseqüentemente podem reforçar o cordão dunar e trazer turismo de Surf. <http://www.asrltd.com/>

Tornando tudo isto numa palavra que deveria estar acima de todas as outras.

SUSTENTAVEL!

Esperando desta forma contribuir para o estudo em questão com a minha opinião desejo que se iniciem as obras o mais rápido possível.

(Nuno Miguel Ventura Leonardo)